

RELENDO O DIÁRIO DE UMA MULHER DA PAZ A PARTIR DE UM RECORTE DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL

Márcia Tavares*
Fabiana Rocha**

Resumo

Este artigo se debruça sobre a narrativa autobiográfica de uma ‘mulher da paz’ do bairro de São Cristóvão, na cidade do Salvador-Ba, assim como de produções elaboradas por ela durante oficinas do processo formativo proposto pelo Projeto Mulheres da Paz (PRONASCI, 2009), nas quais retrata os acontecimentos de sua vida cotidiana. O objetivo é considerar as matrizes de desigualdade que se inter-relacionam na sua vida, concernentes à inter-relação do sexismo e racismo em uma sociedade capitalista. Mais especificamente, analisamos como o sistema de gênero e racial interfere individualmente na trajetória de uma mulher negra, considerada de baixa renda, no tocante ao seu poder de agenciamento da vida cotidiana.

Palavras-chave: Mulher da paz. Gênero. Raça. Desigualdades sociais. Vulnerabilidade.

THE DIARY OF A WOMAN OF PEACE FROM A CUT OF GENDER AND ETHNIC-RACIAL

Abstract

This article focuses on the autobiographical narrative of a ‘woman of peace’ resident in the neighborhood of São Cristóvão, in the city of Salvador-Bahia, as well as on the products of her participation in workshops of the training process proposed by the Peace Women Project (PRONASCI, 2009), in which she depicts the events of her daily life. The goal is to consider matrices of inequality that interrelate in her life, concerning the interplay of sexism and racism in a capitalist society. More specifically, we analyze how the system of gender and race interfere in the trajectory of a low-income black woman, with regards to her capacity for agency in everyday life

Keywords: Woman of peace. Gender. Race. Social inequality. Vulnerability.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2008). Atualmente, é professora adjunto I do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia; professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA; membro do Grupo Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha – OBSERVE/NEIM/UFBA; e Vice-Coordenadora Nacional de Pesquisa do Observatório Lei Maria da Penha – Observe.

** Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/2013). Possui Licenciatura em Ciências Sociais (UFBA / 2010). Tem experiência na área de Educação, com ênfase no Ensino a Distância, bem como na área de Consultoria em Políticas Públicas, com ênfase em Gênero, Raça, Segurança Pública, Mediação de Conflitos e Fortalecimento Institucional.

1 Introdução

O Projeto Mulheres da Paz, do Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça (MJ), procurou criar condições para o *empoderamento* de mulheres de contextos de baixa renda através de incentivo à formação de redes de enfrentamento à violência urbana e de gênero no Brasil. (BRASIL, 2009). Para tanto, mobilizou mulheres como agentes de mediação dos conflitos que envolviam jovens, com o objetivo de combater a criminalidade nas capitais e Regiões Metropolitanas do país. No processo formativo de duas turmas do bairro de São Cristóvão, em Salvador, Bahia, entre 2009 e 2010, foi possível analisar as histórias e a vida cotidiana de algumas integrantes, fazendo-nos atentar para as matrizes de desigualdade que se interrelacionam em suas vidas.

Nesse sentido, buscamos desenvolver uma análise sobre a produção escrita de uma beneficiária da política do PRONASCI que apresenta elementos indicativos de sua condição de marginalidade social concernente ao sexismo e racismo da sociedade contemporânea. Mais especificamente, analisamos como o sistema de gênero e racial interfere individualmente na trajetória de uma mulher negra, de baixa renda, no tocante ao seu poder de agenciamento sobre a vida cotidiana. Partimos do princípio de que os aspectos sociais, geográficos, linguísticos e históricos ilustram o contexto da escrita das mulheres e, assim, pretendemos desenvolver uma análise dos escritos contidos nos diários da mulher da paz Dilma dos Santos¹, relativos à autonomia na concretização de suas atividades cotidianas.

Consideramos a importância de análises desenvolvidas a respeito da produção literária de gênero autobiográfico presente na literatura de autoria feminina para empreender uma leitura atenta do referido diário com o intuito de correlacionar a violência com os aspectos que revelam desigualdade e sua condição de exclusão social (MACHADO, 2006; SANTOS, 2009; SILVA, 2011). Assim, o presente trabalho está dividido em partes que tratam, inicialmente: das determinações de gênero e étnico-raciais nos processos de desigualdade social de mulheres pobres brasileiras; e, posteriormente, da noção de vulnerabilidade indicada pelo governo sobre as

beneficiárias do programa, a partir da análise sobre os escritos de Dilma dos Santos.

2 A desigualdade social e seus determinantes de gênero e étnico-raciais

Em sociedades ocidentais contemporâneas, alguns elementos de regulação nas relações sociais, sobretudo nas relações de gênero, raça e classe, têm formado novos cenários sociais, influenciando toda a dinâmica do mundo das mulheres e dos homens (SAFFIOTI, 1992; 2003; 2009). No caso das mulheres, por exemplo, o trabalho doméstico, historicamente desempenhado por elas, é desqualificado por representar um trabalho marginal no mundo de uma economia política globalizadora (AMARÓS; MIGUEL ÁLVAREZ, 2007).

Para Gilberto Velho, a desigualdade social é uma das diferenciações produtoras de tensões e conflitos entre os atores sociais. Com a complexidade social, a desigualdade, “ao mesmo tempo, consequência e produtora das diferenças”, é estabelecida e estas diferenças geram mais diferenças, “num processo de especialização contínua” (2000, p. 14). Desta forma, as desigualdades de gênero e raciais intensificam a situação de exclusão social para as mulheres, especificamente para as negras, em determinados contextos.

Pensar gênero ultrapassa o tradicionalismo dos esquemas teóricos elaborados sobre as relações políticas, sociais e cotidianas, principalmente quando o tornamos elementar no pensamento sobre as estruturas de poder que se estabelecem entre nós. O dinamismo que envolve as consciências humanas conferiu ao conceito gênero um novo lugar, principalmente no debate teórico feminista, a partir dos anos 1980 (NICHOLSON, 2000)², ao evidenciar, nos marcadores de desigualdade entre mulheres e homens, as manifestações de poder nas relações sociais firmadas.

A categoria gênero, que se encontra em constante processo de construção/desconstrução teórica, é fundamental para se pensar as relações de poder assimétricas na sociedade. Aqui, gênero é tomado como uma categoria de análise que

¹ Neste artigo, adotamos um nome fictício, de forma a preservar a identidade da referida mulher da paz.

² De acordo com a autora, os estudos pautados exclusivamente na percepção das diferenças entre os *sexos* já não mais contemplavam a complexidade das construções identitárias e de poder entre os indivíduos (NICHOLSON, 2000).

pretende dar conta das variadas elaborações culturais que diferentes sociedades [...] constroem em torno das diferenças percebidas entre machos e fêmeas e delas se apropriam na prática social (SARDENBERG, 2002, p. 54).

As pessoas demarcam seus corpos, em um processo de frequente naturalização, a partir da apropriação de características físicas, conforme o tempo e o espaço de uma sociedade que projeta e pensa atributos, distinções e semelhanças.

É a partir do corpo gendrado em norma cultural definida em um determinado momento histórico-social que se estabelecem as tensões sociais cujas inscrições coercitivas envolvem a aceitação voluntária dos atores e atrizes sociais. Os corpos são produtos da história, portanto, lugares de emblema da situação social de uma determinada pessoa (GUILLAUMIN, 1994). Como expõe Cecília Sardenberg (2002, p. 56), a nossa aceitação indica “subjetividades corporificadas”, já que estamos no mundo através de nossos corpos. Neste sentido, o corpo e o gênero assumem valores e importância dentro de um contexto social específico produzido no interior do agenciamento social sobre os sujeitos.

Linda Nicholson (2000, p. 34; 38) sugere, para a análise sobre relações de gênero, a substituição de propostas sobre mulheres por “propostas sobre mulheres em contextos específicos”. Trata-se de um detalhe metodológico que faz a diferença na análise sobre as relações dos indivíduos entre si e sobre as relações entre as mulheres de diferentes contextos. Assim, o sentido de mulher nas relações de gênero deve ser capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se interceptam mediadas por diferentes categorias definidoras de sujeitos nos contextos.

Referendadas por Nicholson (2000) e Sandra Azeredo (1994, p. 204), propomos a existência de diferenças entre as mulheres, segundo características e posições sociais inscritas em uma complexa relação de gênero com outras categorias, em que mesmo as mulheres estão dispostas de forma diversa entre si. Para Azeredo (1994, p. 207; 211), “complexificar a categoria gênero – historicizá-la e politizá-la” possibilitará agregar outras relações de opressão, apresentando novas desigualdades dentro dos grupos. Desta forma, afirma que gênero, “elemento constitutivo da razão simbólica”, além de configurar uma categoria de análise, é, também, uma das

formas de opressão em uma sociedade capitalista dotada de tensões raciais cujas bases advêm do regime colonialista brasileiro.

Na sua análise sobre as relações de gênero, Azeredo (1994, p. 213) insere a questão da “identidade” relacionada à problemática da “diferença” e questiona a noção de identidade fixa dentro do feminismo, propondo a aceitação da diversidade sociocultural dentro do grupo de mulheres. Acreditamos que análises parciais advindas de diferenças entre os grupos (de mulheres)³, como aponta a autora, abrem caminhos para novas análises sobre relações de gênero e para alianças entre mulheres diferentes. Neste sentido, precisamos reconhecer a parcialidade/perspectiva sobre a questão de gênero nas nossas análises, de modo que reconheçamos, particularmente, o racismo presente em todos(as) nós e o (possível) interesse em superá-lo com o fim de dialogarmos mais produtivamente com outras visões parciais sobre a questão.

Colette Guillaumin afirma que o racismo e o sexismo asseguram a existência de raças e sexos entre os humanos. Caracteres físicos são selecionados ou inventados na formação de grupos e dos seus respectivos lugares sociais, a partir de discriminação. No que se refere à invenção da categoria “raça”, tais demarcações seguem o contexto histórico de escravidão (nas Américas). Em sua análise, Guillaumin estabelece uma divergência entre as desigualdades de raça e sexo. De um lado, o racismo se desenrola “‘entre’ grupos constituídos como heterogêneos em relação uns aos outros”, neste caso, entre “grupos de reprodução” que reuniriam a referida homogeneidade através da reprodução e das sucessões geracionais – que suscitam estranhamento uns nos outros (1994, p. 228). Encontraríamos, assim, a base para a desigualdade racial na exploração do trabalho humano da colonização territorial e agrícola desde o século XVI, como também reforça Sueli Carneiro (2011).

Por outro lado, o sexo inventado, ou sexismo, não se inscreve entre grupos, mas, sim, intervém dentro de cada grupo que se define como homogêneo ou universal. Segundo o pensamento de Guillaumin, seria intragrupo, de forma que as mulheres não pertencem a nenhuma “comunidade própria”, no que se refere ao seu status

³ Para Iris Marion Young (2006), essa diferença implica em “perspectiva diferente”.

dentro do grupo de pertencimento, à legitimidade social e à possibilidade de intervenção no comportamento do grupo. “Não decidem ‘nada’ quanto às estruturas coletivas” – afirma – porque tiveram seu direito institucionalmente barrado “explícita e intencionalmente”, porque seu lugar social está nas mãos dos homens (GUILLAUMIN, 1994, p. 228; 231).

Contudo, acreditamos que as mulheres têm conquistado importantes espaços de decisão no caminho de ruptura com as desigualdades de gênero e étnico-raciais. Para Guillaumin (1994, p. 232), o que diferencia as mulheres é o “modo político de gestão de sua comunidade”, a tecnologia, a acessibilidade a recursos, o desenvolvimento econômico do grupo do qual fazem parte. Assim, suas prioridades divergem entre as sociedades segundo, portanto, suas condições de vida.

A abordagem acerca das tensões de gênero e raciais se torna necessária para produzir observações sobre as relações humanas desiguais, especificamente em contextos ocidentalizados atuais. Alba Zaluar salienta a importância de situar os valores democráticos na articulação entre o cultural e o institucional que, em nosso contexto nacional, está cercado de “ambivalências”, tal como a negação de direitos de cidadania a alguns grupos sociais – mulheres, negros(as), etc. – ao lado dos privilégios gozados por outros – homens e mulheres brancos(as) das camadas médias e altas, por exemplo (2000, p. 50).

A análise sobre a forma diferenciada e desigual como os problemas sociais afetam os indivíduos apresenta padrão discriminatório complexo, como é o caso das desigualdades estabelecidas segundo origem étnica e racial para mulheres e homens, que polariza as mulheres negras, em particular, em espaços desprivilegiados. (CARNEIRO, 2011, p. 119). Trata-se de uma dominação “racista”, conceituada por Eunice Léa de Moraes como a “imposição da hegemonia de um povo sobre outro”, cujo instrumento de ação “é a ideologia do supremacismo branco” em contextos determinados (2005, p. 16).

Sueli Carneiro (2002, p. 169) reconhece o racismo enquanto fonte do colonialismo e da escravidão, no caso brasileiro, cuja construção de gênero e raça tem sua origem no “estupro colonial” que preponderou nas relações sexuais entre colonizadores brancos e as mulheres indígenas e negras em estado de escravidão.

As implicações atuais desse momento histórico brasileiro estão presentes na rejeição das mulheres negras pela sociedade, sob vários aspectos.

Entre as formas de tensões raciais e de gênero, Carneiro (2002; 2011) indica tanto a “erotização” das desigualdades entre homens e mulheres, especificamente entre eles e as mulheres negras, quanto a “romantização” da violência sexual contra mulheres negras. Cria-se uma estigmatização destas mulheres como possuidoras de um “fogo nato”, que é produzida e reproduzida pela linguagem, a partir da historiografia tradicional e da ficção literária assim como pela tradição oral, segundo análise da autora.

No que se refere à qualidade de vida das pessoas, segundo o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) de 2005, os homens brancos estão em 41º lugar, enquanto as mulheres afro-descendentes ocupam o 114º lugar, a última posição da escala. É a marca de uma tensão racial cristalizada na cultura brasileira, considerada por Lélia Gonzalez (1983) como uma “adolescente neurótica” alimentada pela ideologia do branqueamento. Para Gonzalez (1983), a ideologia do branqueamento se manifesta sob a lógica da dominação, que é mascarada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais.

Nesse sentido, o mito da democracia racial, por exemplo, é um mecanismo que oculta a violência simbólica que recai sobre a mulher negra a partir de determinados modos de ocultação e da não assunção da própria castração expressos na satisfação de dizer que somos uma democracia racial. O pensamento da referida autora perpassa as noções de consciência – enquanto alienação, esquecimento e saber do discurso ideológico – e de memória – como o lugar de restituição de histórias em que a verdade se estrutura como ficção. Desta forma, a consciência, discurso dominante, oculta a memória com a (sua) verdade hegemônica.

No Brasil, há um olhar voltado para as populações de baixa renda permeado pela reprodução de preconceitos de classe, de gênero e de raça na formulação de determinadas políticas públicas. No PRONASCI⁴, o público-alvo dos projetos sociais se restringe aos jovens residentes em “territórios vulneráveis”, sendo designado

⁴ Ver Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008; Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008; e Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

às mulheres o papel de mediadoras e pacificadoras dos conflitos que os envolvem. O Projeto Mulheres da Paz – um dos projetos do PRONASCI – pretendeu *empoderar* mulheres a partir da formação de redes de solidariedade, utilizando-se da sua suposta condição de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que lhes conferia responsabilidades que eram próprias ao Estado – de mediador dos conflitos sociais.

No próximo tópico, através da análise dos trabalhos realizados por uma mulher da paz, durante o curso de formação realizado em Salvador, entre 2009 e 2010, pretendemos levantar questões sobre a aplicabilidade, ou não, do termo vulnerabilidade para essas mulheres das camadas populares.

3 Uma mulher da paz, uma mulher negra vulnerável?

Uma abordagem a respeito da construção de gênero articulada ao recorte racial indica práticas discriminatórias refletidas no cotidiano peculiar das mulheres negras de contextos sociais de baixa renda. Este tipo de abordagem revela “o caráter determinante que elas” – as práticas discriminatórias – “têm na pobreza e marginalização social dos afro-latino-americanos”, além da questão das “múltiplas formas de opressão que a conjugação de racismo com sexismo produz nas mulheres afrodescendentes”, conforme afirma Carneiro (2011, p. 120), que congrega a problemática que envolve estas mulheres em uma “asfixia social” marcada pela falta de recursos e oportunidades que lhes garantam uma vida produtiva.

Na Bahia, o Projeto Mulheres da Paz, do PRONASCI/MJ, durante a vigência do Governo Lula, selecionou mulheres “em situação de vulnerabilidade social” para mediar os conflitos existentes em espaços que constituíam foco territorial do Programa voltado para jovens destes contextos socioespaciais considerados violentos⁵. A proposta de atuação, para cada mulher, foi o acompanhamento de dez famílias em situação de “vulnerabilidade social” em seus bairros de residência

(AVANTE, 2009). Dentre as metas do referido projeto, destaca-se o “empoderamento das mulheres” residentes em “territórios de risco”, mediante processo formativo e incentivo financeiro, por um ano, no valor de R\$ 190,00 mensais.

Na atuação como “facilitadoras” em duas turmas, no bairro de São Cristóvão (Salvador/BA), compostas por um total de 48 mulheres, ministramos 48 oficinas em cada turma cujos subtemas se relacionavam aos temas “Indivíduo e Sociedade”, “Violência”, “Programas Sociais” e “Mediação de Conflitos”. À medida que as oficinas eram finalizadas, retornávamos de São Cristóvão refletindo sobre as condições de vida das mulheres participantes bem como sobre algumas limitações que apresentavam para se manterem no curso. Dentre elas, identificamos problemas nas formas de comunicação (escrita e oral) que estavam relacionados à baixa autoestima e a poucos anos de estudo na educação básica. No caso de algumas mulheres, estas se sentiam inseguras para manifestar suas opiniões e desempenhar algumas atividades propostas para o desenvolvimento das oficinas.

Assim, propusemos como atividade extra para as oficinas a leitura de alguns livros de literatura, psicologia infantil e cartilhas informativas, além da elaboração de diários pessoais que relatassem o seu cotidiano. Em alguns casos, foi possível perceber como se intensificou a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas, particularmente a partir da elaboração de seus diários. Todavia, conforme lembra Philippe Lejeune (1997), o diário é uma atividade solitária em que a mulher que o escreve se encontra à procura de um destinatário, pois ela necessita falar de si mesma para alguém que desconhece seu cotidiano, preferências, sonhos, sentimentos e, até mesmo, seus segredos. De fato, uma mulher chamou a atenção da turma devido à quantidade de páginas escritas com seus pensamentos e sobre o seu cotidiano como também pela constante participação nas oficinas de formação do Projeto.

Essa mulher é Dilma dos Santos, uma mulher negra, de 38 anos, selecionada para atuar como mulher da paz no seu bairro. Em sua escrita, estão presentes críticas que tece sobre a sua condição de mulher negra, pobre, casada com um homem branco, mãe de dois filhos, moradora de um bairro com problemas como falta de

⁵ O público-alvo referenciado no Projeto foram 700 mulheres da Região Metropolitana de Salvador (RMS), Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho. Em Salvador, 400 mulheres foram reunidas nos bairros de São Cristóvão e Beiru/Tancredo Neves, porque foram considerados bairros de maior incidência de violência.

transporte urbano, poluição sonora, brigas constantes entre vizinhos, faltas de espaços de lazer em que possa estar com os seus filhos, de saneamento básico, de água e alta incidência de violência, etc.

No que se refere ao emprego ou ocupação profissional, conforme dados censitários do IBGE referentes ao período de março 2002 a outubro 2012, nas Regiões Metropolitanas do Brasil, a estimativa de mulheres economicamente ativas, em mil pessoas, em outubro de 2012, foi de 11.565, enquanto que, para os homens, no mesmo período, foi de 13.114 (IBGE, 2012). Na Bahia, a população em idade ativa (PIA) do sexo feminino é de 6.292.000 mulheres – 332.000 a mais que a do sexo masculino, segundo pesquisa do PNAD/IBGE de 2009 (DIEESE, 2011, p. 15). Entretanto, o quadro se inverte, no momento em que se observa a população economicamente ativa (PEA) de homens (4.420.000) maior do que a das mulheres (3.380.000) em 1.040.000 indivíduos, ainda segundo a mesma pesquisa (DIEESE, 2011, p. 19). Não foi possível analisar as diferenças por cor porque este documento não contempla a referida variante.

Diante das dificuldades de acesso a serviços públicos e dado o contexto de violência urbana, o Governo Federal, através do PRONASCI, caracterizou as mulheres participantes como em “situação de risco e vulnerabilidade social”. Cabe reforçar que a noção de “risco” se aproxima da de “vulnerabilidade” e, no campo da proteção social, é utilizada para designar uma variedade de situações que envolvem a possibilidade de perigos naturais, de saúde, ligados ao ciclo de vida, ambientais, sociais e políticos (BRONZO, 2005).

A abordagem sobre vulnerabilidade na América Latina é recente e tem como objetivo ampliar a análise dos problemas sociais dos contextos nacionais. Desta forma, vulnerabilidade está relacionada à exposição ao risco e, consequentemente, à capacidade de resposta, “material e simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem fornecer para fazer frente ao risco ou ao choque” (BRONZO, 2005). Aí residiria a importância das políticas públicas e programas sociais, considerados como meios que poderiam fortalecer a capacidade de resposta das pessoas consideradas vulneráveis e, assim, a redução da sua “condição de vulnerabilidade”.

Tomamos vulnerabilidade, contudo, como mais uma forma de discriminação dirigida às mulheres de camadas

populares, especificamente as negras, como salienta Carneiro (2002). Para a autora, em lugar das generalizações e olhares discriminatórios sobre mulheres das camadas populares, devemos reconhecer a sua complexidade, dentro dos grupos sociais, fora de modelos estereotipados. Assim, confirma-se a importância de uma abordagem mais segura sobre a pobreza e as desigualdades sociais, em que pese a objetividade dos dados referentes às desvantagens das mulheres em relação aos homens e delas entre si – em termos de direitos, carga de trabalho e remuneração e consequente mobilidade socioeconômica (MACÊDO, 2007; ZALUAR, 1994).

Dessa forma, procuramos apresentar a mulher da paz que tomamos como referência a partir da própria análise que elabora a respeito de sua vida cotidiana, longe da designação do governo federal que a fixou em um determinado contexto urbano, como “em vulnerabilidade social”. O governo federal forjou caminhos para “empoderamento”⁶ através do processo formativo (PRONASCI) sem, no entanto, oferecer às mulheres reais condições para transformar suas vidas. Decerto, no seu discurso, Dilma dos Santos expõe as suas especificidades, como a falta de emprego, de creche para deixar seus filhos enquanto trabalha e a inexistência de segurança no bairro, o que a coloca em um lugar de inferioridade social.

3.1 Passando a limpo o diário de uma Mulher da Paz

Dilma dos Santos, mulher da paz no bairro de São Cristóvão, inscreveu-se no Projeto do PRONASCI

⁶ Empoderamento é concebido pelo programa como a transformação das mulheres em cidadãs ativas, para tanto, “fundamentado na construção da autoestima do *self* feminino e na valorização da ação junto à comunidade”. Nesse sentido, configura-se o deslocamento do nível do empoderamento individual para o empoderamento via comunidade na qual elas desempenham o papel de cuidadoras dos jovens em situação de violência. Estas duas vertentes abrigam tensões entre as mulheres beneficiárias, como foi observado entre as mulheres da paz do Rio de Janeiro, isto porque, de um lado, elas pressionam os gestores do programa e demais atores políticos para formularem políticas de “inserção no mercado de trabalho, de educação formal e de capacitação profissional”, já que esta seria uma forma efetiva de se empoderarem; por outro lado, a ação de cuidar dos jovens é muito valorizada entre elas por abrir oportunidade de ganharem reconhecimento e distinção na comunidade (GOMES; SORJ, 2010, p. 155; 156).

porque precisava aumentar a renda familiar. Cumpriu as atividades propostas pelo referido Projeto de forma satisfatória, conforme avaliado pela equipe técnica. Sobre as atividades que remetiam à sua história de vida, nos seus relatos, orais ou via diário e outras produções escritas, pouco mencionou o passado, concentrando-se nos acontecimentos mais recentes da sua vida, principalmente no seu casamento e na relação com os filhos e a vizinhança.

Nos breves relatos sobre a sua infância, Dilma remete exclusivamente à situação de violência pela qual passou na casa em que habitava com a família. Na época, o grupo familiar era composto por ela, o pai, a mãe, os irmãos e um agregado eventual e viviam em uma “casa de luxo”, uma vez que o seu pai “tinha condição”.

Teve uma infância marcada por situações de violência doméstica, familiar e sexual⁷. Dilma foi espancada e humilhada por sua mãe, repetidas vezes, quando não correspondia às suas expectativas, principalmente porque sofria de enurese noturna, ou seja, urinava na cama enquanto dormia. Como punição, a mãe relatava aos familiares e vizinhos o seu problema e era, então, alvo de chacotas, o que provocava a perda do respeito diante dos irmãos. Assim, a situação de violência física e emocional era alimentada pelo assédio praticado por familiares e vizinhos. Dilma descreve o período da seguinte forma:

Eu não fui feliz na minha infância, porque a minha mãe me humilhava muito [...] ela falava para todas as pessoas conhecidas [...] que eu nunca ia me casar, e dizia: *quem vai casar com uma mijona*, e todos davam risadas. Minha mãe me batia muito e eu ficava tão triste e revoltada...

A condição de violência física e psicológica a levou à tentativa de suicídio, aos oito anos de idade, bebendo querosene. No ano seguinte, aos nove anos de idade, foi estuprada por um agregado que passava uma temporada em sua casa, no próprio quarto, enquanto dormia. Dilma afirma ter sido “a coisa mais horrível” que lhe aconteceu. O quadro foi agravado, conforme salienta, quando contou à mãe o que havia acontecido e, mesmo depois de ter visto o lençol sujo de sangue, esta ignorou a violação, chamando-a de “louca” e, permitiu a

permanência do agressor na casa, favorecendo, desta forma, outras tentativas de estupro.

Dilma se livrou de mais uma tentativa de estupro do agressor, segundo conta, levando para a cama a mão cheia de pimenta amassada e, assim que ele tirou a roupa, passou a pimenta em seu órgão sexual exposto. Desde então, passou a ser tratada pela família como “doida”, o que contribuiu para outras tentativas de abuso sexual praticadas por homens que frequentavam a sua casa.

Dois primos mais velhos, adolescentes com idade entre quatorze e dezesseis anos, assediavam-na sexualmente de forma constante. Pedia a ajuda da mãe, entretanto, não contava com o seu apoio. Sua saída foi defender-se, novamente, mediante uma resposta agressiva, queimando o rosto de um dos agressores com o ferro de passar roupas que usava no momento. Assim, reforça, aumentou a sua fama de “doida” dentro da família.

Diante da falta de assistência de seus familiares e da violência presente em sua vida, as tentativas de suicídio rondaram seus pensamentos até os seus dezessete anos de idade, quando deixou de estudar e foi trabalhar como empregada doméstica. Assim, teria mais liberdade e condições de custear as suas necessidades básicas longe da família. A convivência com o patrão, médico, possibilitou uma melhora na sua saúde emocional e psicológica e, sua autoestima aumentou quando passou a tomar remédios receitados por ele, depois de ouvi-la sobre o seu problema de depressão.

A melhora no quadro de sua saúde foi possível porque, pela primeira vez, se sentiu respeitada. O seu problema de depressão foi tratado com a atenção médica do patrão, alguém fora do seu contexto familiar, portanto, fora do espaço em que esperava encontrar acolhimento mas não obtivera quando precisou. Assim, afirma em seu diário:

Foi aí que tudo começou a fazer muito sentido na minha vida, e comecei a dar muito valor à vida, aquela tristeza que sentia desapareceu. É por isso que tenho problemas hoje, mas não pior como os problemas de antes. Falar sobre o passado é como se eu tivesse vivendo tudo de novo. Eu não gosto muito de falar sobre isso.

Dilma relatou a sua história de violência na infância durante uma das oficinas, movida pela necessidade de expor, pela primeira vez, o sofrimento que guardava represado em sua memória. Foi, portanto, uma forma de

⁷ Aqui, adotamos a conceituação de violência estabelecida na Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, ou seja, como violação dos direitos humanos de mulheres e meninas no que tange a negligência, discriminação, exploração, opressão e agressões verbais/físicas/sexuais.

romper com o silêncio e a angústia que trazia com relação ao passado que abrigava a experiência de estupro, assédio e negligência. Entretanto, recusou-se a continuar relatando sobre sua infância, a ponto de não tornar conhecida a ocupação de seus pais e o lugar do pai na sua vida assim como detalhes sobre as condições em que vivia com a sua família.

A asfixia social na qual vivem brasileiras como Dilma – particularmente as mulheres negras – produz repercussões negativas em todas as áreas de suas vidas que, de acordo com Carneiro:

[...] se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (2011, p. 127-128).

Ao refletir sobre como a mulher negra é representada no imaginário social, Carneiro (2002, p. 174) a define como a “antimusa da sociedade brasileira”. Na posição de objeto da fantasia racista brasileira⁸, as mulheres afrodescendentes enfrentam o desinteresse dos homens brancos e a “deserção de grande parte dos homens negros”, o que traz consequências negativas para si, dentre as quais a solidão vivenciada diante de sua imagem desvalorizada no imaginário social. A afirmação da autora se baseia em dados demográficos que apontam para a desvalorização destas mulheres no “mercado afetivo”. No caso de Dilma, a desvalorização propiciou a frequência das tentativas de estupro e de abuso sexual dentro de sua casa.

A situação de violência sexual, física e psíquica enfrentada por Dilma durante a infância, entretanto, não comprometeu o exercício “prazeroso” de sua sexualidade. Na oficina do Projeto Mulheres da Paz cujo tema foi “Sexualidade”, as participantes redigiram sobre a “Sexualidade na Vida Humana”, como parte das atividades propostas para o dia e Dilma assim desenvolveu sobre o assunto:

Eu acho muito interessante e prazeroso, é tão gostoso fazer sexo com amor e responsabilidade. [...] Hoje em dia as mulheres são livres para fazerem o que bem entenderem da sua sexualidade, isso eu acho muito importante. Antigamente só os homens sentiam prazer, as mulheres eram usadas como escravas deles, para satisfazer apenas os seus desejos; hoje

não, os direitos são iguais. Hoje tanto a mulher se satisfaz como o homem [...] eu acho maravilhoso, eu acho um grande avanço, **me sinto vencedora de algo prazeroso, me sinto nas nuvens** (grifo meu). **Sexo feito com amor e responsabilidade é genial** (grifo da autora).

Cabe mencionar que, mesmo relatando positivamente a sua vida sexual conjugal, a violência sexual sofrida quando criança, enquanto dormia, está refletida na sua recusa em vestir camisola para dormir. Ainda guarda o trauma de ser surpreendida à noite desacordada, por isto, se defende usando bermudas para dormir. Assim, ela tem o poder de dizer não ao marido quando não tem vontade de ter relações sexuais e ainda se sente protegida dormindo ao lado de um homem.

A vida atual de Dilma é desgastante e lhe causa frustração, como afirma em sua narrativa. Não está satisfeita com o seu casamento, por causa da rispidez e da irresponsabilidade do seu marido, mas também com a falta de recursos financeiros para levar uma vida tranquila em que possa se alimentar bem e desenvolver atividades de lazer. Segundo seus escritos, parou de ir ao cinema quando casou e, além disto, se vê impedida de viajar e de “passear” com seus filhos por falta de dinheiro para se locomover na cidade e custear as despesas.

Um dia em que seu cônjuge a acompanhou no caminho para o curso de que participava no Projeto Mulheres da Paz, que era o mesmo trajeto para o ponto de ônibus onde ele pegaria a condução para o trabalho, foi assim relatado no diário por Dilma:

Ele sempre vai conversando comigo vários assuntos chatos, hoje, por exemplo, ele começou falando que iria comprar um sapato da Ferracine que custa 200,00 e comprar roupas e mais roupas p/ ele, e eu só ouvindo muito irritada, por que ele não tem nem um centavo, o dinheiro que ganha mal dá p/ comer e ele fica sonhando acordado, fazendo o meu ouvido de pinico. Eu pensei: no Natal, ele me deu 200,00 para eu comprar: três bermudas e três blusas, e ele quer comprar um sapato só por 200,00. [...] Aí ele começou a falar que o primeiro dinheiro que ganhasse iria juntar para fazer um passeio em Sergipe onde a mãe dele mora. **Aí eu falei: você deveria era fazer um tratamento dentário, você deveria era se preocupar mais com a sua saúde, desde que te conheci, em 1994, que espero você tomar essa iniciativa, e você nada, não está nem aí, e eu é que tenho que aguentar seu mau hálito.** (Grifo meu).

Dilma demonstra, em seu diário, uma postura sempre firme diante do seu cônjuge, recusando-se a fazer comida ou sexo, quando se sente contrariada,

⁸ Para Carneiro (2002), mulheres negras também são alvo da fantasia imperialista de estrangeiros.

discordando de suas atitudes, fazendo prevalecer a sua vontade e proferindo críticas ao cônjuge. Entretanto, vê-se ligada à relação conjugal, mesmo insatisfeita, por conta da sua dependência econômica em relação ao pai dos seus filhos, por estar desempregada. Assim, deposita “fê em Deus” para conseguir um trabalho e não mais depender “de marido p/ tudo”, o que, segundo ela, “é ruim demais, é muito humilhante, é muito constrangedor”. Por causa da falta de dinheiro e da dependência econômica – ao ver, por exemplo, os seus filhos sem roupas para vestir – motivou-se a participar do referido Projeto federal, pois receberia R\$ 190,00 por mês. Relata, então, no seu diário:

Não é muito que ganho nesse Projeto, mas dá pelo menos para sair um pouco com meus filhos. [...] Vivo uma vida de faz de conta, fecho os olhos um pouco e fico delirando em pensamentos, sempre pensamentos bons.

Em alguns momentos do seu diário, Dilma menciona “fugas” para a sua condição de falta de dinheiro e trabalho remunerado. Geralmente, para esquecer os seus problemas, ela desenvolve as tarefas domésticas até ficar esgotada, para depois dormir durante a tarde. Assim, trabalha sem reconhecimento do cônjuge, dorme “fora de hora” ou se perde em pensamentos nos quais desenvolve projeções sobre a sua vida.

Márcia Tavares (2010), ao investigar relações erótico- amorosas de mulheres das classes populares em Aracaju (SE), observa que, em busca de liberdade, elas constituem suas próprias famílias ainda adolescentes e, mesmo insatisfeitas com a relação conjugal, essas mulheres só se separam quando o parceiro não garante o sustento econômico do grupo familiar, o que não quer dizer, necessariamente, que elas deixem de buscar outros homens/companheiros para reconstruírem suas famílias, “transferindo o servir e cuidar” para os novos parceiros e demais filhos que constituam. Afinal, nas classes populares, a aceitação social e o respeito feminino ainda estão condicionados à presença de um companheiro, pois mulher sem homem é mulher sem dono e, portanto, desprotegida.

Dilma deixa o lar de seus pais, onde realizava tarefas domésticas e vivia em situação constante de violência, para viver com seu cônjuge e filhos, mas o enredo pouco se modifica, pois a transformação da menina em mulher é regulada pelo modelo hierarquizado de submissão feminina. Mesmo Dilma desautorizando o marido, em

determinados momentos, ela não consegue romper com a violência simbólica presente na relação com o parceiro: ela é coagida e se obriga a abdicar de um trabalho remunerado em defesa dos padrões tradicionais que sustentam grupos familiares, em que se espera da mulher as atividades de cuidado dos entes do grupo doméstico (TAVARES, 2010).

Dilma menciona, também, em seus escritos, uma situação de racismo que sofreu quando adolescente, novamente em sua casa. Foi confundida com uma empregada doméstica por uma moça, ao atender à porta. Mesmo afirmando para a visitante que era filha da dona da casa, ouviu a seguinte afirmação: “Vai chamar alguém, por que eu não tenho tempo para brincadeiras, meu dia é longo e eu tenho muito trabalho para fazer”. Conforme relembra em seu diário:

Essa moça pensou que eu era a empregada por que eu morava num apartamento de luxo. Há 18 anos atrás, o meu pai tinha condição. O apartamento era enorme, tinha 05 quartos amplos [...] e tinha um banheiro social enorme com uma banheira de hidromassagem, tinha duas salas bem grandes, uma cozinha enorme [...] área de lazer nos fundos, com bancada e churrasqueira enorme, esse edifício só tinha 03 apartamentos, o único que tinha essa área enorme era o nosso por que ficava no térreo. [...] A minha casa atual é de pobre.

Então, reagi ao racismo fechando a porta “na cara dela”, ficando perplexa por ter sido agredida desta forma por outra mulher negra. Estes valores discriminatórios são internalizados por nós, de forma que reproduzimos preconceitos sobre outras mulheres (SAFFIOTI, 2009) ou pessoas em condições de opressão sem nos darmos conta de que também estamos sendo alvo de discriminação.

O “matriarcado da miséria” – expressão originalmente apresentada pelo poeta Arnaldo Xavier para indicar a condição de inferioridade social e de luta das mulheres negras –, segundo Carneiro (2011, p. 130), denota a particularidade da condição das mulheres negras no país, embora saibamos que não há indícios histórico-documentais ou arqueológicos da existência de sociedades matriarcais. Gonzalez (1983) desenvolve a ideia de que prevalece, na sociedade brasileira, um “*continuum* histórico”, entre a “mukama” e a “doméstica”, em que se modifica o termo que designa os sujeitos embora permaneça a função social de desprivilegio em relação às demais. O termo indica a situação de exclusão, discriminação e rejeição social em

que se encontram estas brasileiras que, mesmo em condições adversas, representam, ao mesmo tempo e paradoxalmente, resistência e liderança em suas comunidades.

Outra situação de racismo sofrida por Dilma ocorreu durante uma visita à casa da mãe de seu cônjuge. Narra, em seu diário, então, o que ouviu da “sogra” e da “cunhada”, na ocasião: “Elas me chamaram de preta do cabelo duro e disseram que a maior infelicidade delas foi ver ele casando com uma preta, uma negrinha e que ele foi o único a dar esse desgosto para a família”.

A problemática racial impõe oportunidades distintas entre as mulheres, possibilitando práticas discriminatórias e promoção de desigualdades dentro do próprio grupo de mulheres. O argumento é utilizado pelas mulheres para enunciar a diferença entre elas e Dilma, demarcar poder e superioridade, com base em sua condição étnico-racial, ou seja, na cor da pele, textura dos cabelos e traços físicos que definem o lugar social a ser ocupado por ela (GUILLAUMIN, 1994), ou seja, o preconceito verbalizado pela sogra e pela cunhada naturaliza a tripla opressão enfrentada pela mulher negra, em virtude da dominação de raça, gênero e classe social.

A dimensão das desigualdades de gênero e raciais atravessa as experiências de classe entre a população brasileira. As desigualdades são geradoras de exclusão social para as mulheres, particularmente as mulheres afrodescendentes. Diante da falta de perspectiva de crescimento pessoal, a partir do pouco ou nenhum acesso aos direitos constitucionais, determinados grupos ficam mais expostos às situações de risco social tais como moradia em zonas afastadas do centro urbano, com maior exposição a problemas de saúde, sem assistência médico-hospitalar, ao racismo, preconceito e a situações de violência, tanto no espaço público, nos territórios onde moram, como no espaço privado, na dimensão doméstica e familiar.

4 Considerações Finais

A narrativa de Dilma nos faz perceber que as condições adversas enfrentadas ao longo de sua infância, adolescência e vida adulta a colocam como uma pessoa em condição de vulnerabilidade, entretanto, sem fixá-la nesta condição, já que desenvolve uma capacidade de superação. A luta por se reerguer, após as tentativas de

suicídio, ou mesmo as respostas frente às diferentes formas de violência que acompanharam sua trajetória de vida sugere a busca por libertação do convívio hostil com seus familiares. As situações de violência deixaram marcas que carrega na vida adulta, tais como a internalização do status de inferioridade a ela conferido por ser mulher que trama a sua permanência em uma relação conjugal em que se percebe oprimida, limitada aos cuidados com os familiares – o marido e os filhos – bem como aos afazeres domésticos, calando outros sonhos ou possibilidades.

As suas capacidades intelectual e emocional foram tolhidas em seu processo formativo, durante a infância, através da situação de violência a que foi exposta, bem como na sua vida adulta, em que lhe é vetada a possibilidade de crescimento pessoal e profissional para desempenhar atividades produtivas. O contexto político-social brasileiro de aumento do desemprego e desvalorização das pessoas em base racial e de classe, que atinge mulheres em determinados grupos sociais, nega o acesso satisfatório à educação formal e à possível formação para o mercado de trabalho assim como a uma vida em conformidade (prática) com a Constituição Federal, que estabelece como princípio de cidadania o direito a uma vida digna e sem violência.

Lançar um olhar analítico sobre os escritos de Dilma é abrir uma possibilidade de rebater a conceituação sobre mulheres negras de contextos de baixa renda. Desta forma, estaremos permitindo um novo olhar sobre as especificidades que envolvem mulheres (brasileiras), abrindo possibilidades para a formulação de políticas públicas que garantam transformações significativas em suas vidas, longe de fixar as que se encontram em situação de exclusão social em uma posição de “vulnerabilidade social”, portanto, carentes de políticas assistencialistas, o que lhes nega a condição de cidadania.

Referências

AMARÓS, Celia; MIGUEL ÁLVAREZ, Ana de. *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización*. Madrid: Minerva. 2007.

AVANTE – EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. *Mediando conflitos, demandando programas sociais, mobilizando a comunidade*. AVANTE-Educação e Mobilização Social, Salvador, 2009.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, n. esp., p. 203-216, 2. sem. 1994.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça. *Programa Nacional de Segurança e Cidadania – PRONASCI*. Brasília, DF: MJ, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Retrato da população branca, negra, parda, amarela e índia do Brasil* [online]. Brasília, 13 maio 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/retrato-da-populacao-branca-negra-parda-amarela-e-india-do-brasil.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

BRONZO, Carla. *Programas de Proteção Social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção*. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; 34, 2002. p. 167-194.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 119-134.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: mercado de trabalho*. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011. 96 p. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341780DBB382F/mercado.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. O gênero da “nova cidadania”: o Programa Mulheres da Paz. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado (Org.). *Movimentos sociais e urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

GUILLAUMIN, Colette. Enquanto tivermos mulheres para nos darem filhos: a respeito da raça e do sexo. *Revista Estudos Feministas*, n. esp., p. 228-233, 2. sem. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. [CD-ROM]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm#a36>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego*. mar. 2002/out. 2012.

LEJEUNE, Philippe. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. *Cadernos Pagu – Gênero, memórias e narrativas*, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n. 8/9, p. 99-114, 1997.

MACÊDO, Márcia Santos. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 135-178.

MACHADO, Marília N. da M. Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 105-110, maio/ago. 2006.

MORAES, Eunice Léa de. *Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Brasília: MTE, SPPE. DEQ, 2005.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Flacso Brasil, jun. 2009. p. 44. Série Estudos e Ensaios – Ciências Sociais.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168p.

SARDENBERG, Cecília Maria B. As mulheres na sociedade de eterna juventude. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO; Enilda Rosendo do. (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. 268p. (Coleção Bahianas, 7).

TAVARES, Márcia S. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 121-145, jan./mar. 2010.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: _____; ALVITO, Marcos. (Org.). *Cidadania e*

violência. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000. p. 11-25.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Revista Lua Nova* [online], n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. (Org.). *Cidadania e violência*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 2000. p. 49-69.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.